



**UNIVERSIDADE “PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS” – UNIPAC
CAMPUS I
CURSO DE GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE – BACHARELADO**

MAYRA CÁSSIA PINTO GOMES

**PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
BRASIL E SEUS DESAFIOS.**

**BARBACENA
2011**

MAYRA CÁSSIA PINTO GOMES

**PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
BRASIL E SEUS DESAFIOS.**

Monografia apresentada à disciplina
“Monografia II” do Curso de Geografia e
Meio Ambiente – Bacharelado, da
Universidade “Presidente Antônio Carlos” –
UNIPAC, Campus I, como requisito parcial
para conclusão do curso.

Orientadora: Professora Vilmara Lúcia
Rodrigues Teixeira

**Barbacena
2011**

MAYRA CÁSSIA PINTO GOMES

**PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO
BRASIL**

**Monografia apresentada à Universidade “Presidente Antônio Carlos” – UNIPAC,
Campus I, como requisito parcial para a obtenção da Graduação em Geografia,
modalidade Bacharelado.**

BANCA EXAMINADORA

**Bernardino Neves Júnior
Universidade “Presidente Antônio Carlos” - UNIPAC**

**Vilmara Lúcia Rodrigues Teixeira
Universidade “Presidente Antônio Carlos” - UNIPAC**

**Vânia Pereira Quintão
Universidade “Presidente Antônio Carlos” – UNIPAC**

Aprovado (a) em ____/____/_____

Dedico este trabalho primeiramente a Deus,

Dedico aos meus pais,

Dedico também aos professores do curso.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais pelos anos de dedicação e incentivo aos estudos.

Agradeço aos amigos pelo companheirismo e solidariedade sempre constantes.

Agradeço ao professor Bernardino Neves Júnior pela paciência pela orientação que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Agradeço a todos os professores da Instituição, que foram muito importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

O conhecimento nos faz responsáveis.

Che Guevara

RESUMO

A problemática ambiental já encontra certa penetração nas comunidades devido a fragilidade dos ambientes naturais que tende a colocar em jogo a sobrevivência humana. Devido a isto, ocorreu o crescimento dos movimentos ambientalistas e das preocupações ecológicas, criando-se condições para o desenvolvimento de um currículo que seja relacionado com esses problemas, inserindo a variável meio ambiente em suas dimensões física, química, biológica, econômica, política e cultural em todas as disciplinas e em todos os veículos de transmissão de conhecimentos. Consideramos assim a Educação Ambiental como a forma de pensar e agir sobre os problemas ambientais implicam inter-relação da ética, da política, da economia, da ciência, da cultura, da tecnologia, da ecologia, para uma prática da educação ambiental voltada para a mudança do comportamento das comunidades e até mesmo para a atuação da escola como agente transformador da cultura e da conscientização das pessoas para os problemas ambientais.

Palavras-chave: Educação, atuação, dimensões.

SUMÁRIO

I-Introdução.....	09
II- Um estudo sobre a evolução da Educação Ambiental Mundial.....	10
III- Aspectos Gerais da Política Nacional para E.A.....	13
IV- Desafios para Implantação da Educação Ambiental.....	17
V-Considerações Finais.....	19
VI- Referências.....	20

I- INTRODUÇÃO

Predomina, na cultura brasileira, a idéia de que a função maior da educação ambiental é despertar a consciência ecológica na sociedade, sensibilizando as crianças e jovens - as futuras gerações – para compreensão da problemática ambiental e a importância da aquisição de novos comportamentos e atitudes. Um trabalho cujo produto estaria sempre postado no futuro.(BRASIL, 2005)

Esse imaginário valoriza o papel da educação no seu esforço de formação dos novos cidadãos, porém é preciso ir além das expectativas quanto às possibilidades da educação ambiental. Temos uma situação mundial problemática no que se refere ao uso de recursos naturais do planeta. Isso significa desenvolver o esforço de contribuir para a aquisição do repertório da cultura da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, considerando as práticas sociais, as relações produtivas e mercantis, as instituições, as doutrinas político-ideológicas, as condições socioeconômicas e culturais, e também para compreensão da vida e da relação humano-sociedade-natureza.

Neste trabalho intitulado “Princípios Fundamentais e Desafios da Educação Ambiental no Brasil” primeiramente busca-se levantar um prévio estudo sobre a evolução da Educação Ambiental Mundial a partir de uma análise histórica de acontecimentos tais como Fóruns, Congressos Mundiais que impulsionaram debates sobre a problemática ambiental influenciando nas transformações do modo de pensar e agir da sociedade, estabelecendo assim suporte legal para a Educação Ambiental já que foi diante desse cenário que se instituíram políticas para sua criação.

A seguir serão abordados os aspectos gerais da Política Nacional para E.A, neste capítulo pretende-se definir esse tipo de educação e delimitar o seu campo de atuação, assim como os instrumentos que possibilitam sua prática tais como a Política Nacional de Educação Ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o modo que tal prática deve ser aplicada (de forma interdisciplinar e democrática).

E por último serão tratados os desafios para implementação da Educação Ambiental, tais como o paradoxo entre o que é instituído nas políticas e o que é aplicado, falhas que tornam a E.A ineficiente não sendo capaz de alcançar seu real objetivo que no caso seria promover uma educação democrática capaz de formar cidadãos críticos e atuantes perante a sociedade.

II-UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNDIAL.

Filósofos, cientistas, artistas, religiosos têm, ao longo da escalada do homem, expressado a sua admiração pela natureza, e a sua preocupação em protegê-la. As culturas orientais e a Grécia nos legaram reflexões filosóficas de grande sensibilidade a respeito das relações homem-natureza. (DIAS, 1992)

Conferências, seminários, palestras, cursos, livros, artigos discutem a principal preocupação do século XXI: como articular crescimento econômico e preservação ambiental, a Questão Ambiental que em suma expressa a falência da noção de progresso ilimitado.

À medida que a preocupação ambiental se expandiu na sociedade civil, governos de diferentes nações viram-se pressionados a incorporar a questão, dando assim origem a uma série de iniciativas.

O surgimento de movimentos ambientalistas é um fator preponderante, de acordo com a obra “Educação Ambiental: Uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade”, o aparecimento de tais grupos surgem como uma reação à destruição onde ela se encontrava em forma mais acentuada, como uma consciência de algo que já foi perdido, assim tais movimentos de proteção ambiental começaram a se articular e logo avançaram no questionamento do modelo de desenvolvimento dos países ricos. Assim, na década de 60, ao lado dos grupos conservacionistas (preocupados com a proteção da flora e da fauna, com a criação de parques e reservas), surgiram grupos ativistas que questionaram o modelo de desenvolvimento, especialmente empreendimentos econômicos e militares que degradavam a natureza. (BRASIL, 1994)

Segundo Pedrini (2000, apud CARSON, 1962) outra pessoa que denunciou a desatenção ao meio ambiente foi Raquel Carson, autora de uma obra clássica na história do ambientalismo mundial. “Primavera Silenciosa” atingiu em cheio o público dos países que tinham tradição de crescer à custa da destruição dos recursos naturais de países subdesenvolvidos e pobres. As inquietações e discussões foram geradas devido aos argumentos de perda de qualidade de vida que teria sido criada pela utilização inadequada de produtos químicos e seus efeitos nos recursos ambientais.

Para se entender melhor a Evolução da Educação Ambiental é preciso traçar um paralelo de eventos que impulsionaram o debate da problemática ambiental, trata-se de eventos que marcam passos relevantes na trajetória da EA.

Primeiramente Com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano ocorrida em 1972, em Estocolmo na Suíça a Educação Ambiental passa a ser considerada como campo de ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacional.

A Conferência de Estocolmo difundiu o conceito “economia do astronauta”, comparando a Terra a uma nave espacial onde todos os povos seriam os passageiros, chamando atenção para a capacidade limitada da natureza de absorver a expansão das atividades humanas e o esgotamento dos recursos naturais, se persistisse a sua utilização intensiva. Demonstrava-se assim que o crescimento econômico estava em oposição à preservação do meio ambiente, denunciando assim o provável colapso da humanidade. (DIAS,1992)

Dois anos mais tarde em Jammi na Finlândia a partir de debates a Educação Ambiental passa a ser não apenas um ramo da ciência ou uma matéria de estudos separada, mas o marco de uma educação integral permanente.

Em 1975 a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO) e o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) realiza o Seminário Internacional de Educação Ambiental, resultando na Carta de Belgrado.

Em sua obra Educação Ambiental: Princípios e Práticas o autor Genebaldo Freire Dias em seu primeiro capítulo sobre a Conferência de Belgrado menciona que nossa geração tem testemunhado um crescimento econômico e um progresso tecnológico sem precedentes, os quais, ao tempo em que trouxeram benefícios para muitas pessoas, produziram também sérias conseqüências ambientais e sociais. (DIAS, 1992)

As desigualdades entre pobres e ricos nos países, estão crescendo, e há evidências de crescente deterioração do ambiente físico, numa escala mundial, evidências disso são constantes catástrofes ambientais como tsunamis, terremotos, desastres que causam danos naturais e econômicos. Essas condições, embora primariamente causadas por um número relativamente pequeno de países, afetam toda humanidade.

Diante desse cenário há uma busca por uma nova ética global, ética esta que proporcione mudanças de atitudes e adoção de novos comportamentos, sendo consonante com o lugar da humanidade dentro da biosfera, reconhecendo e respondendo com sensibilidade às complexas e dinâmicas relações entre o homem e seu meio.

As mudanças devem ocorrer em todas as nações, tendo em vista que a crise ambiental não é um problema específico do Primeiro Mundo embora estes sejam os maiores responsáveis, assegurando um progresso racional que distribua os recursos terrestres de forma equitativa de forma a atender as necessidades sociais. (PEDRINI, 2000)

No ano de 1977 em Tbilisi, antiga União Soviética, ocorre a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental contando com o apoio da UNESCO e PNUMA tratando sobre o Meio Ambiente composto pelo meio físico-biótico mais meio social e cultural, relacionando os problemas ambientais com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem. (BRASIL, 1994)

A Conferência Internacional de EA de Tbilisi foi a mais marcante de todas. Embora governamental vários participantes não oficiais interferiram e foram internacionalizadas estratégias e pressupostos pedagógicos à sua declaração.(PEDRINI,2000)

Em agosto de 1987 ocorreu a Conferência de Moscou (antiga União Soviética), que reuniu cerca de trezentos educadores ambientais de cem países. Visou fazer uma avaliação sobre o desenvolvimento da EA desde a Conferência de Tbilisi, em todos os países membros da UNESCO. A EA nesta conferência não governamental reforçou os conceitos consagrados pela de Tbilisi. (BRANCO, 2005)

E finalmente em 1992 ocorre no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida dando início à criação da Carta Brasileira de Educação Ambiental. (BRANCO, 2005)

A Rio 92 contou com a presença de 178 países e 114 chefes de Estado, além de representantes de 1.600 organizações Não-Governamentais (ONGs) na qualidade de observadores, foi considerada um marco histórico para discussão sobre a sobrevivência planetária, representando o início de um processo pontuado por divergências e interesses contraditórios entre nações ricas e pobres. (BRANCO, 2005)

Todas as Conferências acima citadas tinham o enfoque de discutir a mudança comportamental da sociedade utilizando de críticas do modelo desenvolvimentista baseado na modernidade ocidental e as conseqüências de práticas econômicas lesivas ao meio ambiente respaldados em discursos ambientalistas fundamentando desta forma a Educação Ambiental.

No capítulo 12 “Impactos Sociais e Cultural” do livro “O meio ambiente em Debate”, o autor Samuel Murgel Branco menciona que é um erro muito comum, em nossos dias, considerar o crescimento econômico, por si só como sinônimo de desenvolvimento de um povo ou uma nação. (BRANCO,2005)

O crescimento econômico não acompanhado de melhoria da qualidade de vida não pode gerar felicidade, que é o principal objetivo do desenvolvimento de uma sociedade.

Assim sendo o Desenvolvimento sustentável passa a ser também um tema bastante questionado na realização destas Conferências, cuja sua conceituação passa a ser delimitada

no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU, sendo apresentado em 1987 sob o título *Nosso Futuro Comum*.(PEDRINI,2000)

Através de estudos realizados observa-se que o relatório em questão baseou-se em dados científicos alarmantes e adota uma postura de desenvolvimento sustentável como uma alternativa à atual relação entre desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Em suma, o desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento pautado para atender as necessidades da população mundial no presente, pensando sempre na satisfação das gerações futuras.

Assim sendo a Educação Ambiental por ser renovadora, induzir novas formas de conduta nos indivíduos e na sociedade, por lidar com as realidades locais, por adotar uma abordagem que considera todos os aspectos que compõem a questão ambiental-aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, éticos, ecológicos, científicos e tecnológicos-, por ser catalisadora de uma educação para o exercício pleno e responsável de cidadania, pode e deve ser o agente otimizador de novos processos educativos que conduzam as pessoas por caminhos onde se vislumbre a possibilidade de mudanças e melhoria do seu ambiente total e da qualidade da sua experiência humana. (DIAS, 1992)

III - ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA NACIONAL PARA E.A

A definição da Educação Ambiental é dada no artigo 1º da Lei nº 9.795/99 como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. Mesmo apresentando um enfoque conservacionista, essa definição coloca o ser humano responsável *individual e coletivamente* pela sustentabilidade, ou seja, se fala da ação individual na esfera privada e de ação coletiva na esfera pública. (BRASIL, 2007)

Trabalhamos com o conceito de Educação Ambiental como um processo educativo que dialoga com valores éticos e regras políticas de convívio social, cuja compreensão permeia as relações de causas e efeitos dos elementos socioambientais numa determinada época, para garantir o equilíbrio vital dos seres vivos. Portanto, a formação continuada considera algumas condições que estão atreladas a esse conceito tais como inserir a EA com sua condição de transversalidade para se contrapor à lógica segmentada do currículo contemplando o ideal de uma nova organização de conhecimentos por meio de práticas interdisciplinares. (BRASIL, 2007)

Cabe assim ao educador ambiental saber como nortear a construção de tais valores, em sua obra *A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens* (2003) Cunha e Guerra apontam que o educador seria no caso uma espécie de interlocutor do conhecimento científico e produziriam assim conhecimento afim de que subsidie práticas críticas sobre discursos hegemônicos, postura esta que almeja consolidar uma concepção conservadora de Educação Ambiental.

Assim sendo a E.A deve ter uma abordagem integrada, processual e sistêmica do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, com enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, dialógico, e cooperativo, respeitando o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas. (BRASIL, 2007)

E para instituir a prática da E.A foi criada A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que traça orientações políticas e pedagógicas para a Educação Ambiental e traz conceitos, princípios e objetivos que podem ser ferramentas educadoras para a comunidade escolar. Ela portanto tende a reforçar e qualificar o direito de todos à Educação Ambiental. (BRASIL, 2007).

A PNEA possui também como linhas de atuação a capacitação de recursos humanos, com a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino, o desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações com o apoio de metodologias visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, incentivos à produção de material educativo com apoio a iniciativas e experiências locais e regionais incluindo a produção de material educativo. (BRASIL, 2007)

O órgão central de gestão da PNEA, em âmbito nacional é denominado pela Lei como Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Este órgão é integrado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação. (BRASIL,2007)

Como ferramenta de operacionalização da E. A dentro do contexto escolar, existem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são basicamente o referencial orientador para o programa pedagógico das escolas. (BRASIL, 2007).

Há muitas maneiras de fazer Educação Ambiental desde uma perspectiva compreensiva. Inúmeras atividades podem ser realizadas nesta direção. Trata-se, sobretudo de manter uma postura e um olhar atento ao diálogo, ao outro e ao ambiente em sua outridade. De todo modo, podemos citar experiências interessantes que podem estes espaços de diálogo, auto esclarecimento e produção de novos conhecimentos cheios de sentido experiencial. Alguns exemplos seriam: trilhas de interpretação que não se limitam a serem explicativas de um ecossistema, mas oferecem oportunidades para uma compreensão mais ampla de aspectos

socioambientais do lugar e da relação que os usuários têm como o espaço; incursões para conhecimento de realidades socioambientais do entorno (escolar, do bairro etc.); análise da paisagem em suas várias dimensões (histórica, cultural, natural, etc.); e tantas outras. (BRASIL, 2005)

Quanto aos responsáveis pelo papel de implantar a E.A atribui-se ao Estado o dever de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, surgindo, assim, o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros terem acesso à Educação Ambiental. (BRASIL, 2007)

Com relação aos âmbitos de ação da E. A estes são divididos em Educação Ambiental formal, abrangendo todos os níveis de ensino ou seja, da educação básica à Educação Superior, inclusive educação de jovens e adultos, educação à distância, educação especial, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, garantindo assim a estes diferentes grupos sociais com diversificadas faixas etárias um pleno desenvolvimento da cidadania ambiental e Educação Ambiental Não-Formal trabalhada por meio de ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação da defesa da qualidade do meio ambiente. (BRASIL, 2007)

Portanto apartir na visão desta obra pode-se dizer que a E.A tem um embasamento amplo e democrático já que ela direciona-se para um público variado, que possuem realidades bem diversificadas.

A lei reafirma direito à educação ambiental a todo cidadão brasileiro comprometendo os sistemas de ensino a provê-lo no âmbito do ensino formal. Em outras palavras, poderíamos dizer que todo (a) aluno (a) na escola brasileira tem garantido esse direito, durante todo o seu período de escolaridade. (BRASIL, 2007)

A E.A utilizada como ação comunicativa e trabalhada de forma crítica mostra sua força transformadora e libertária ao abrir-se para todo e qualquer tipo de questionamento no tocante aos pressupostos das ações humanas e das diversas instituições sociais ao invés de legitimar estruturas políticas, levantando assim perguntas a serem debatidas e consideradas a respeito das condições de sua perpetuação, sendo assim fundamenta-se em uma prática questionadora. (BRASIL, 2005)

A incorporação da noção de ação comunicativa nas práticas de uma Educação Ambiental que se quer crítica implica na adoção de certas estratégias de atuação. Essas por sua vez, apontam para uma determinada metodologia de ensino e ação atrelada a posturas e atitudes no dia-a-dia da prática educacional. (BRASIL, 2005)

Quanto à formação dos profissionais que desempenham tal prática instâncias dialógicas, onde circulam conhecimentos e experiências da práxis pedagógica, são fundamentais para sua formação, pois estes aprendem principalmente com troca de vivências. Em encontros e seminários voltados para educação ambiental, o trabalho formativo de professores inclui o aprofundamento conceitual que permita a produção de conhecimentos locais significativos, e também a experimentação de algumas práticas, como por exemplo, a metodologia de projetos de intervenção e transformadores, por meio de instrumentos como a pesquisa-ação-participativa e o fomento à relação escola-comunidade. (BRASIL, 2007)

Esses encontros instigam o professor a pensar na educação e no meio ambiente sob uma perspectiva provocadora, tendo como premissas o exercício da cidadania quanto ao acesso aos bens ambientais, enfocando o caráter coletivo de sua responsabilidade pela sustentabilidade local e planetária. (BRASIL, 2007)

IV- DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Uma das noções mais relevantes para compreensão da crise socioambiental que vivemos hoje é a noção de pessoa humana. A ideologia individualista da cultura industrial capitalista moderna construiu uma representação da pessoa humana como ser mecânico, desenraizado e desligado de seu contexto, que desconhece as relações que o tornam humano e ignora tudo que não esteja direta e imediatamente vinculado ao seu próprio interesse e bem-estar. (BRASIL, 2005)

É preciso considerar que há também na sociedade pessoas e grupos que absolutamente não se identificam com os apelos de uma consciência ecológica. Para estes, os ideais preconizados pelo sujeito ecológico podem ser vistos como ingênuos, anacrônicos, pouco práticos, “malucos”, enfim, de alguma forma não são reconhecidos como orientadores do que esses grupos consideram uma vida desejável e boa. (BRASIL, 2007)

A ausência de crítica a um discurso e uma racionalidade fragmentária que desagrega e rompe laços, traduzida por uma visão de mundo cientificista, antropocentrista, individualista, consumista, entre outros, podem vir a comprometer o exercício pleno de uma cidadania ativa de educadores e educandos, característica essa que funda e dá fundamentação a uma Educação Ambiental Crítica. (CUNHA, GUERRA, 2003)

A aprendizagem transformadora através da ação ambientalista nos remete à revisão dos princípios e valores que podem assegurar um futuro sustentável, como propõe a Carta da Terra. Os ambientalistas, incluídos os educadores e educadores ambientais, perceberam que a

situação atual em que se encontra o planeta Terra deve-se à nossa alienação em relação aos “demais integrantes da natureza, às outras formas de vida com as quais partilhamos o mundo. (BRASIL,2005)

Na Obra *Vamos Cuidar do Brasil: Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola* questiona-se a perda das esperanças num mundo compartilhado deixa as pessoas indiferentes e sem motivação para ações solidárias, que podem melhorar seu mundo social e ambiental e as predispõem a se fecharem e não se importarem com o que está em volta delas. (BRASIL, 2007)

Esses elementos existem em nossa cultura e estão bem vivos nos famosos ditados “salve-se quem puder”, “cada um por si”, “a lei do mais forte” e tantos outros em que poderíamos ver a apologia de uma ação que desconsidera o bem comum são exemplos de modos de pensar nada ecológicos, mas bastante disseminados. (BRASIL, 2007)

Outro desafio a ser superado é trabalhar o conceito crítico de EA para não correr o risco de cair num tema neutro e despolitizado, que não provoque e/ou desperte a condição de cidadania ativa, ampliando seu significado para um movimento de pertencimento e co-responsabilidade das ações coletivas, visando ao bem-estar da comunidade. A mudança de valores e atitudes nos indivíduos preconizados pela EA não é suficiente para gerar mudanças estruturais numa sociedade. Pela compreensão da complexidade, as partes não mudam necessariamente o todo, pois ambas têm um movimento dialético cujas conexões indivíduo versus grupo podem gerar mudança efetiva. A mudança individual como principal vetor para a mudança global representa uma visão simplista do trabalho com as relações sociais e não é suficiente para mudar o padrão de desenvolvimento. (BRASIL, 2007)

Diante disso podemos levantar diversas questões como: qual proposta de Educação que dará conta de contribuir na construção de uma sociedade sustentável? Será uma Educação baseada nos paradigmas tradicionais que acreditam que o comportamento da sociedade é resultado da soma dos comportamentos de cada indivíduo (das partes)? É aquela que o professor transmite as informações corretas e que disso se espera que resulte na mudança de comportamentos dos alunos, solucionando assim os problemas? Que acredita que somando esses comportamentos “corretos” teremos uma nova sociedade? Será que dessa forma superaremos os problemas ambientais? Que basta transmitir o conhecimento certo aos nossos alunos que eles terão consciência ecológica? (CUNHA, GUERRA, 2003)

O sentido de educar ambientalmente hoje vai além de sensibilizar a população para o problema. Não basta mais apenas sabermos o que é certo ou errado em relação ao meio ambiente. Precisamos até mesmo superar a noção de sensibilizar, que na maior parte das

vezes é entendida como compreender racionalmente. Só a compreensão da importância da natureza não é o bastante para ser levada à sua preservação por nossa sociedade. Sensibilizar envolve também o sentimento de amar, o ter prazer de cuidar, como cuidamos dos nossos filhos. É o sentido de doação, de integração, de pertencimento à natureza. (CUNHA, GUERRA, 2003)

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo das obras utilizadas na realização deste trabalho pode-se assim concluir que a Educação Ambiental é um processo democrático, que implica em ações conjuntas de vários profissionais e como instrumento para que tais profissionais atuem dentro deste campo foram instituídas políticas que servem de base.

No entanto tais políticas apresentam certas deficiências, muito do que elas instituem na teoria não são aplicadas na prática, não passando assim em “letra morta no papel”, não basta, portanto criar leis é importante também que a sociedade se mobilize para que esta seja cumprida.

O que notamos na realidade, é que existe certo distanciamento entre o que está explícito nos documentos e o que está sendo praticado, a legislação ambiental no Brasil é considerada uma das melhores e mais rígidas mas existem fatores que contribuem para a dificuldade de se implementar a Educação, tendo em vista que para que a legislação ambiental seja eficiente é preciso antes de mais nada estabelecer um elo entre a Legislação Ambiental e a Educação Ambiental.

A meu ver a maior falha que podemos encontrar é a dificuldade de se adotar o modelo que dá base a esse tipo de educação, base esta que prega a adoção de um desenvolvimento sustentável ou seja que se preocupe com a preservação dos recursos naturais. O fato de vivermos num mundo globalizado onde as leis de mercado são altamente competitivas e fazerem do homem apenas uma peça que impulsiona o processo de desenvolvimento a qualquer custo vêm a fortalecer uma visão

Com relação a implantação da E.A destaca-se produções de projetos de educação ambiental que apresentam a falta de análise dos fundamentos históricos dessa educação ser quase uma constante, a falta de criatividade, não buscando assim atender as necessidades e anseios do público a ser atingindo.

Observam-se ausência de explicações políticas, sociais e econômicas por parte de professores, pilares estes que fundamentam o surgimento de uma educação ambiental consistente e crítica.

VI –REFERÊNCIAS

BRANCO, Samuel Murgel. **O Meio Ambiente em Debate**. 3 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

BRASIL. **Encontros e Caminhos: Formação de educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília, 2005

BRASIL. **Vamos Cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em Educação Ambiental na Escola**. Brasília, 2007

CUNHA, Sandra Baptista da, GUERRA, Antônio José Teixeira. **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 3 ed. São Paulo: Gaia, 1992.

BRASIL, **EDUCAÇÃO ambiental: uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.